

O m. Adolph Gordo:

Se o problema do crédito agrícola internacional tem uma grande importância económica e política, tem uma importância excepcional para os países, como o Brasil, que possuindo uma vastíssima extensão de terras uberrimas e inultas não dispõem dos precisos recursos para explorá-las.

Uma boa solução desse problema interessa vivamente todos os países, que tem na lavoura a fonte principal da sua riqueza.

O Senador Stodola, presidente da Câmara do Comércio de Bratislava, em um admirável discurso pronunciado em Londres, no ano passado, perante a Comissão de Crédito Agrícola da Conferência Parlamentar Internacional de Comércio ponderou muito bem que pode-se tratar desse assunto sob um duplo ponto de vista: sobre o modo pelo qual o crédito agrícola é regulado, organizado e desenvolvido nos diferentes países, e sobre o modo pelo qual podem ser encontrados créditos nos mercados financeiros estrangeiros internacionais para as necessidades da agricultura *de um país*.

Entretanto, o que a Conferência Parlamentar Internacional de Comércio pretende agora não é encarar a questão sob qualquer d'aquelles aspectos, a procurar os verdadeiros factores para a sua solução. Outro é o seu fim.

Com efeito:

No Congresso que teve lugar em Bruxelas em 1924, o deputado Marcelle Scleré, antigo Ministro de Finanças, considerando que a produção de cereais tinha decrescido consideravelmente na Europa, depois da última guerra mundial por ter ficado destruída a economia dos países produtores e exportadores, considerando que estavam os agricultores impossibilitados de restabelecer a antiga produção - facto que já provocara uma crise séria e que poderia provocar novas crises ainda mais graves, e considerando que esses países, sem um auxílio financeiro não podiam aumentar a sua produção de cereais, propôs que os parlamentos e governos dos principais países importa-

- 2 -

dores estudassem os meios de aumentar as produções.

Na ordem dos trabalhos da Conferencia Parlamentar International do Commercio, cujas reuniões tiveram lugar em Roma em 1925, foi incluído o problema do credito Agrícola internacional, tendo sido nomeado relator do assunto, o Sr. Peka Piony, secretario geral do Comitê parlamentar húngaro do Commercio. O eminentíssimo relator, no seu admirável estudo, depois de caracterizar a situação do trigo na vida económica moderna, e de patentear a sua grande influência, nos outros productos alimentares, no desenvolvimento dos salários e em toda a vida enfim, pelo que a questão tem sido a preocupação dos homens d'Estado e dos economistas, emitiu o parecer de que para assegurar uma produção de cereais proporcional ao seu concorso e que estabelecesse o seu preço é indispensável uma intervenção financeira internacional, tendo por fim um empréstimo com longo prazo e a juros modestos de 760 milhões de dollars, aos países productores de cereais na Europa, mas exclusivamente a esses países, porque, disse elle, " a produção forçada nas novas regiões de além mar pode provocar crises económicas sérias em seus próprios países quando se restabeleça o regime normal da produção nos países europeus.

É preceas o eminentíssimo relator que a Conferencia pedisse o apelo da Sociedade das Nações para conseguir a intervenção financeira, apresentando-lhe um relatório sobre o assunto, elaborado por uma comissão preparatória composta de delegados da Conferencia, do Instituto Internacional da Agricultura de Roma e de delegados da Comitês nacionais e de bancos.

Essa Comissão organizou-se no anno passado, efectuou varias reuniões, discutiu amplamente o assunto e, em sua ultima reunião que realizou-se a 2 de Setembro, decidiu que era essencial organizar um instituto internacional de crédito agrícola afim de obter capitais de um paiz fornecer a outros, por empréstimos a curto e longo prazo e mediante garantias ou hypothecárias ou pessoais.

Mis como a Conferencia Parlamentar pretende salvar o grave pro-

blena do crédito agrícola internacional.

Evidentemente, tem-se ocupado de assunto sob um ponto de vista muito restrito - qual é do aumento da cultura e produção de cereais. E para que limitar a ação desse credito a empastelos com os agricultores de cereais da Europa, somente?  
Mas para que os países da Europa que necessitam de empréstimos para a cultura de cereais, possam obtê-los, é necessário que ofereçam garantias a que tenham uma sólida organização interna de crédito agrícola base do crédito agrícola internacional. Intende que para auxiliar a solução de grave problema do crédito agrícola internacional a Conferência deve fazer todos os estudos que forem necessários afim de verificar quais as reformas que os povos devem introduzir em suas legislações, no sentido de assegurarem amplas garantias ao capitalista e facilitarem o crédito internacional.

Encarando o problema sob este aspecto, fez o seguinte estudo:

---

#### CREDITO AGRICOLA INTERNACIONAL

Os grandes interesses da lavoura estão, de tal modo, ligados à fortuna de um país, que o problema da organização do crédito agrícola tem considerável importância.

Si o intuito da Conferência Internacional de Commerce é conseguir a unificação nas legislações dos povos de umas tantas disposições que, interessando a sua vida económica, estabeleçam garantias uniformes e reciprocas segurança, prestará um assinalado serviço propondo regras e reformas que possam provocar a maior expansão possível do crédito agrícola.

O crédito agrícola é a operação destinada a pôr capitais à disposição dos agricultores para um emprego agrícola, quer esse emprego consista na aquisição da propriedade imobiliária, quer na exploração e cuatela do estabelecimento, quer a dívida seja garantida com hipoteca de um imóvel, quer com penhor ou resulte exclusivamente confiança na pessoa do devedor; quer este seja proprietário de solo,

e quer não. O que determina, pois, a natureza do crédito agricola é o destino do capital emprestado.

2º base do crédito é confiança que pode resultar de capacidade, probidade e amor ao trabalho do devedor, ou das garantias reais que oferece.

Destas ultimas, a mais importante e que maior confiança pode inspirar ao estrangeiro é, evidentemente, a hypothecaria, de modo que a organização do crédito hypothecario é um elemento vital para a agricultura.

Organizar um regimen hypothecario que ofereça as maioresseguranças possíveis ao capitalista, quer quanto à certeza da propriedade territorial, quer quanto à presteza e facilidade para a liquidação do crédito, é facilitar a importação de capitais estrangeiros para um emprego agricola ou a emissão de obrigações hypothecarias no estrangeiro.

Para a organização de um tal regimen, é indispensável:

1º, que a constituição da hypotheca seja simples e pouco dispendiosa;

2º, que a garantia seja sólida, assentando-se a propriedade em bases absolutamente certas;

3º, que sejam também seguras as garantias do capitalista contra a má fé e insolvência do devedor, de modo a poder liquidar o seu crédito rapidamente e com despesas; e

4º, que a hypotheca possa circular, mobilizando-se o respectivo crédito.

É cumpre instituir um tal sistema de publicidade que permita ao capitalista verificar, antes de fazer o empréstimo, si o proponente é ou não legitimo e exclusivo senhor da causa oferecida em garantia, si a sua propriedade está isenta de quaisquer vícios ou defeitos e si pode elle ficar ao abrigo de quaisquer surpresas desagradáveis.

Facilidade na constituição da hypotheca, segurança no emprego

do dinheiro, prestesa e facilidade na liquidação do credito e mobilização completa da propriedade territorial, sis o systema Torrens, que, na phrase de um ministro - " procura tornar a transferencia da terra tão simples como a transferencia do papel bancario e o titule do possuidor, tão firme, tão isento de riscos e tropeços quanto o do accionista de um estabelecimento de credito as acções de que é senhor".

Foi esse systema que determinou a grandesa e a prosperidade da Australia e das colonias inglezas da Oceania.

Diz Alfred Dain que a tres principios cardenais pôde reduzir-se toda a economia da lei Torrens: 1º, instituição de um processo, expurgativo, destinado a precisar a propriedade, a delimitá-la e fixar de modo irrevogável, para com todos, os direitos do proprietário, authenticando-os em título publico; criação de um systema de publicidade hypothecaria, adequado a patentejar exactamente a condição jurídica do solo, com os direitos reais e gravames que o oneraram; 2º, mobilização da propriedade territorial, mediante um conjunto de alvitres, convergentes a assegurar a transmissão prompta dos imóveis, a constituição facil das hypothecas e a cessão delas por via de endosso".

Para que o agricultor possa retirar vantagens do capital, movel empregado em seu estabelecimento, obtendo recursos para o seu custeio, ou que lhe permittam escolher o momento para a venda de seus produtos, sempre instituir o penhor e "warrants agricolas" - de máquinas e instrumentos arátories ou de lecioneção, de animais de serviço, de colheitas pendentes, de fructos armazenados, de lenhas cortadas ou madeiras das matas preparadas para o corte, etc., ficando o objecto do penhor depositado em poder do devedor. (IV)"

E para que o agricultor, na phrase de um escriptor, possa reivindicar as imunidades e facilidades do crédito, do commercio, adoptando ao mesmo tempo os hábitos de exactidão e pontualidade em relação a seus compromissos, será conveniente dar um carácter comercial às obrigações dos agricultores e sujeitá-las à fallencia.

-----

Todas estas referencias legislativas constituem, porém, mero elementos de preparação de crédito.

A sua organização prática resulta da instituição de Bancos. Qual o melhor sistema?

É um problema que não pode deixar de ser resolvido diferentemente, segundo os países, as suas circunstâncias, locais, a abundância de seus capitais, as suas condições de trabalho e produção, as suas condições topográficas, clima, meios de transporte, etc.

Há duas categorias de empréstimos agrícolas: os de prazo curto, liquidáveis dentro do anno agrícola e os de longo prazo.

Fóra para desejar uma organização pela qual, para os empréstimos a curto prazo, no periodo da produção, pudesse o agricultor encontrar crédito à sua porta, sem necessidade de deslocar-se, crédito esse possível pela facilidade que teria a direção de um pequeno banco legal de custeio rural de conhecer a honorabilidade e capacidade do agricultor e de fiscalizar a sua ação no emprego do dinheiro emprestado, ou crédito fundado em qualquer garantia real, e, especialmente, em penhor agrícola.

E, para os empréstimos a longo prazo, grandes bancos hypothecários, operando sobre propriedades rurais, com capital subscripto ou com emissão de cédulas hypothecárias. Com o regimen da unidade ou da pluralidade? Dever-se-ha estabelecer, um grande e único banco central, operando por intermédio de agências espalhadas em todo o interior do país, ou será mais conveniente uma rede bancária, de unidades "autonomas" - banco central, bancos regionais, e pequenos bancos locais, - com a forma jurídica de cooperativas ou qualquer outra? Bancos de Estado, ou o Estado deve limitar-se a prestar auxílios às instituições privadas - ou subscrevendo uma parte do seu capital ou fazendo empréstimos ou garantindo o serviço de amortização de juros de seus títulos?

Não é possível estabelecer um critério único para resolver o problema em todos os países; um determinado sistema pode ser conveniente em um país e inconveniente em outro. É indispensável ter em